

39 ACM encerra a convocação e quer reconhecimento do País

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), encerrou ontem os trabalhos do Congresso no período de convocação extraordinária dizendo ter sido "o mais produtivo da história" do Legislativo. Ele reclamou o reconhecimento ao trabalho do Congresso. "O Congresso está a merecer o agradecimento da Nação", disse, ao enumerar as propostas apreciadas e aprovadas durante as três semanas de trabalho extra em julho, pelas quais os parlamentares receberam um adicional de R\$ 16 mil ao salário de R\$ 8 mil.

Entre as 23 matérias aprovadas em julho no Senado, Antônio Carlos destacou a Lei Geral das Telecomunicações, a regulamentação da quebra do monopólio estatal deste setor e também do petróleo, o projeto que pune crimes contra o meio ambiente, o Fundo de Aposentadoria Programa Individual (Fapi) - que criou uma nova aposentadoria, paralela ao INSS -, o projeto que autoriza o Governo a conceder subsídio à borra-chá natural, o Estatuto dos Refugiados, o projeto que trata do ensino religioso nas escolas.



Alan Marques

ACM: "A Nação deve agradecer"

Esta foi a quinta convocação extraordinária no governo de Fernando Henrique Cardoso, com um saldo muito positivo para o Executivo. A vitória mais comemorada pelo Palácio do Planalto foi a aprovação em primeiro turno, na Câmara, da emenda que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal

(FEF). A convocação de julho repetiu a meta alcançada em janeiro. Naquele mês, o Congresso, também convocado pelo Executivo, aprovou a emenda da reeleição.

Aplausos - "Realizamos um trabalho digno do aplauso da Nação, estou certo, e isso é extremamente importante no processo de desenvolvimento econômico do País", defendeu. O presidente do Congresso lembrou que a emenda da reforma da Previdência teve um avanço significativo e afirmou que esta reforma, além da administrativa e da emenda do FEF, serão as prioridades do Senado no segundo semestre.

Entretanto, o senador descarta a possibilidade de o Congresso apreciar reformas que estejam paralisadas, como a reforma tributária. "O Governo não tem incentivado a reforma tributária", ressaltou. Como 1998 será um ano eleitoral, com o Congresso voltado para as eleições de parlamentares, governadores e presidente da República, Antônio Carlos acredita que o segundo semestre do ano será sacrificado.